

COMPROMISSOS ESTRATÉGICOS PARA OS PROGRAMAS DE GOVERNO E PLANOS DE AÇÃO – ELEIÇÕES 2026

Contribuições para a incorporação da agenda da água, da segurança hídrica e da revitalização da bacia

Objetivos deste documento

O presente documento tem como objetivo contribuir tecnicamente para a incorporação da pauta da revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco nos programas de governo e planos de ação dos candidatos nas Eleições 2026, considerando a relevância estratégica da água para o desenvolvimento sustentável, a segurança hídrica, a adaptação às mudanças climáticas e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Busca-se apresentar diretrizes, prioridades e temas estruturantes relacionados à gestão dos recursos hídricos e à revitalização da bacia, com base nos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, nas Políticas Estaduais de Recursos Hídricos dos estados inseridos na bacia, no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), nos respectivos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHs), no Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e nas discussões conduzidas no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) e dos comitês de bacias hidrográficas afluentes.

O documento também objetiva sensibilizar os futuros gestores públicos quanto à necessidade de fortalecimento das políticas públicas relacionadas:

- ao saneamento básico;
- à revitalização hidroambiental;
- à conservação e recuperação de nascentes, áreas de recarga e áreas ambientalmente estratégicas;
- ao monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos;
- à convivência com o semiárido;
- à adaptação às mudanças climáticas;
- ao fortalecimento institucional dos órgãos gestores de recursos hídricos;
- ao fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- à integração federativa entre União, estados e municípios;
- e ao fortalecimento da gestão participativa e descentralizada das águas.

Além disso, pretende-se reforçar a importância da continuidade de investimentos estruturantes e da consolidação de uma política de Estado voltada à revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, pautada na integração entre políticas públicas setoriais, na governança das águas, na segurança hídrica, na justiça socioambiental e na promoção do desenvolvimento regional sustentável.

O documento busca ainda destacar a relevância do fortalecimento institucional dos comitês de bacias hidrográficas, dos conselhos de recursos hídricos, das entidades delegatárias com função de agência de bacia, dos órgãos gestores e demais instâncias que integram os sistemas nacional e estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, reconhecendo seu papel estratégico na implementação dos instrumentos de gestão, na mediação de conflitos pelo uso da água e na construção de soluções integradas para os desafios da bacia.

Por fim, reafirma-se o papel do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) como instância legítima de governança hídrica, participação social e articulação institucional, fundamental para a construção coletiva de estratégias de revitalização, conservação e uso sustentável dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

A Governança das Águas no Brasil

A aprovação da Lei Federal nº 9.433/1997, conhecida como Lei das Águas, representou um marco na gestão dos recursos hídricos no Brasil ao instituir a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). A partir desse novo modelo, a água passou a ser reconhecida como um bem de domínio público, limitado, dotado de valor econômico e essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e à manutenção dos ecossistemas.

Fundamentada nos princípios da gestão descentralizada, participativa e integrada, a Política Nacional de Recursos Hídricos estabeleceu a bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e gestão, reconhecendo que os desafios relacionados à água ultrapassam limites político-administrativos e demandam articulação permanente entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

A Lei das Águas também consolidou importantes instrumentos de planejamento e gestão, entre eles os planos de recursos hídricos, o enquadramento dos corpos d'água, a outorga de direito de uso, a cobrança pelo uso da água e os sistemas de informações sobre recursos hídricos. Esses instrumentos constituem a base técnica e institucional necessária para promover a segurança hídrica, prevenir conflitos pelo uso da água e orientar o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Em consonância com a legislação federal, os estados e o Distrito Federal também instituíram suas respectivas Políticas Recursos Hídricos e os Sistemas Gerenciamento de Recursos Hídricos, estruturados a partir de princípios e instrumentos análogos aos estabelecidos pela Política Nacional de Recursos Hídricos. Dessa forma, consolidou-se no país uma arquitetura institucional integrada e cooperativa de governança das águas, capaz de articular diferentes competências administrativas e promover a gestão compartilhada dos recursos hídricos entre os entes federativos.

Nesse contexto, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) articula-se com os sistemas estaduais e distrital por meio de uma rede institucional composta pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), conselhos estaduais e distrital, órgãos gestores estaduais e distrital, comitês de bacias hidrográficas, entidades delegatárias com função de agência de bacia e demais instituições relacionadas à gestão das águas.

Essa estrutura fortalece a integração entre políticas públicas, amplia a participação social e contribui para maior efetividade das ações de planejamento, regulação e gestão hídrica.

Os comitês de bacias hidrográficas ocupam posição estratégica nesse modelo de governança, atuando como espaços colegiados de diálogo, pactuação e tomada de decisão, com participação do poder público, dos usuários de água e da sociedade civil. Na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) e os comitês das bacias hidrográficas afluentes desempenham papel fundamental na construção de soluções pactuadas para os desafios relacionados à revitalização da bacia, à segurança hídrica, à adaptação às mudanças climáticas e ao uso sustentável dos recursos hídricos.

Além disso, a governança das águas exige crescente integração entre políticas públicas setoriais, especialmente aquelas relacionadas ao saneamento básico, meio ambiente, agricultura, energia, desenvolvimento regional, planejamento territorial e defesa civil. Nesse cenário, destaca-se o papel central dos municípios, uma vez que concentram competências relacionadas ao ordenamento territorial, uso e ocupação do solo, saneamento, drenagem urbana e proteção ambiental, temas diretamente conectados à qualidade e disponibilidade hídrica.

Diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, pela ampliação das demandas hídricas, pela degradação ambiental e pelos conflitos de uso da água, torna-se indispensável fortalecer institucionalmente o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e os Sistemas Estaduais e Distrital de Gerenciamento de Recursos Hídricos, garantindo capacidade técnica, recursos financeiros, continuidade administrativa e valorização dos espaços de participação social.

A consolidação de uma governança das águas forte, integrada e participativa é condição essencial para assegurar a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, promover a segurança hídrica das presentes e futuras gerações e impulsionar um modelo de desenvolvimento sustentável, resiliente e socialmente justo para o país.

Bacia do Rio São Francisco

O Rio São Francisco possui aproximadamente 2.836 km de extensão e uma área de drenagem de cerca de 640 mil km², correspondendo a aproximadamente 8% do território nacional. A Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco abrange 505 municípios com área significativamente inserida na bacia, distribuídos nos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, além do Distrito Federal, reunindo uma população estimada em cerca de 15 milhões de habitantes.

Reconhecido como “Rio da Integração Nacional”, o São Francisco conecta diferentes regiões do país marcadas por expressivos contrastes climáticos, ambientais, sociais e econômicos, desempenhando papel estratégico para o abastecimento humano, geração de energia, irrigação, produção de alimentos, navegação, atividades industriais, turismo, pesca, conservação ambiental e desenvolvimento regional.

Ao longo de seu território, a bacia engloba importantes biomas brasileiros, como Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica, além de abrigar grande diversidade ecológica, cultural e socioeconômica. Suas águas sustentam comunidades urbanas e rurais, povos indígenas, quilombolas, populações tradicionais, agricultores familiares e diversos setores produtivos, evidenciando a relevância do rio para a segurança hídrica, alimentar, energética e ambiental do país.

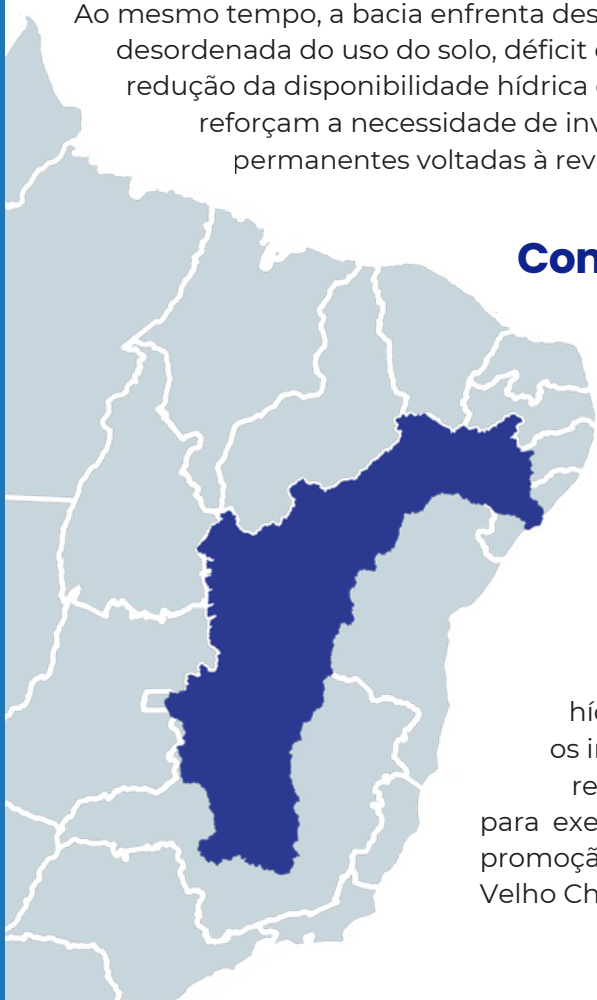
Ao mesmo tempo, a bacia enfrenta desafios crescentes relacionados à degradação ambiental, expansão desordenada do uso do solo, déficit de saneamento básico, assoreamento, conflitos pelo uso da água, redução da disponibilidade hídrica e intensificação dos efeitos das mudanças climáticas, fatores que reforçam a necessidade de investimentos estruturantes e da consolidação de políticas públicas permanentes voltadas à revitalização do Rio São Francisco.



Comitê da Bacia do Rio São Francisco

O CBHSF foi criado pelo Decreto Presidencial de 5 de junho de 2001. É um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, com atuação em toda a bacia hidrográfica do rio São Francisco. Com composição tripartite, reúne

representantes do poder público, da sociedade civil e dos usuários de água, totalizando 62 membros titulares e seus respectivos suplentes, com mandatos de quatro anos. Entre suas competências, destacam-se: promover debates sobre recursos hídricos, arbitrar conflitos relacionados ao uso da água, desenvolver os instrumentos de gestão da bacia e deliberar sobre a aplicação dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso da água para execução de ações e projetos na bacia. O CBHSF atua, assim, na promoção da gestão integrada, participativa e sustentável das águas do Velho Chico.



O Plano de Recursos Hídricos e o planejamento da bacia

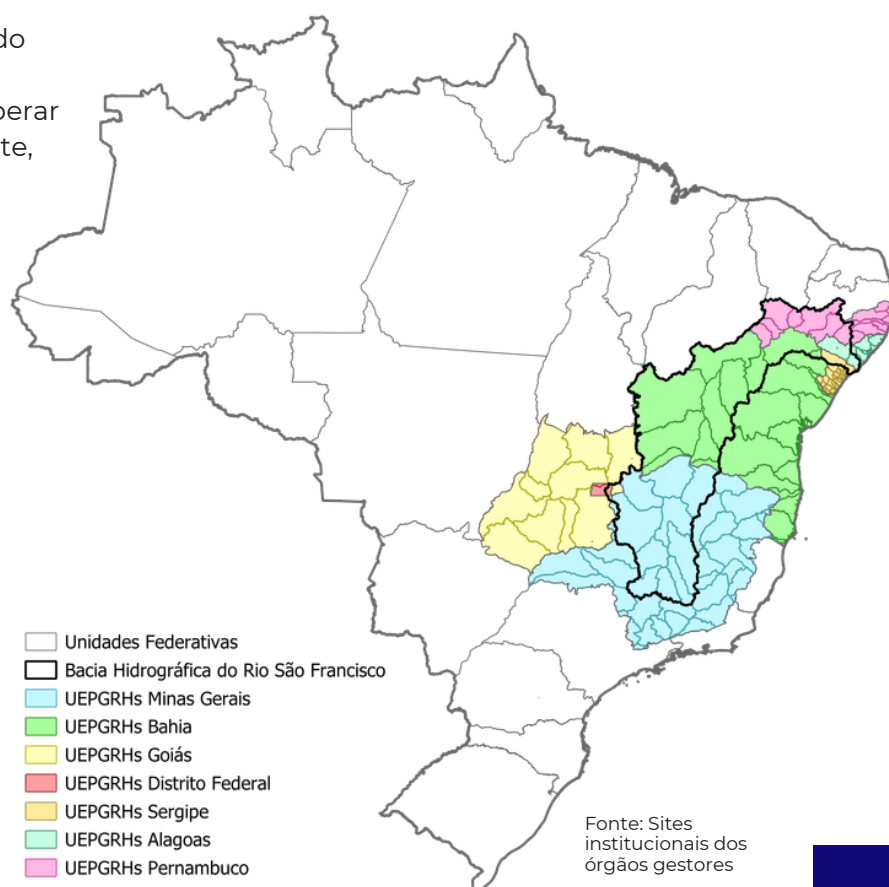
O planejamento constitui um dos pilares da Política Nacional de Recursos Hídricos e representa instrumento fundamental para orientar a gestão integrada, participativa e sustentável das águas. Na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, o planejamento dos recursos hídricos assume papel estratégico na definição de diretrizes, prioridades, metas e ações voltadas à segurança hídrica, revitalização ambiental e promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Nesse contexto, o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRH-SF 2016–2025) consolidou-se como o principal instrumento de planejamento da bacia na última década, estabelecendo bases técnicas e institucionais para a gestão das águas em um território marcado pela diversidade ambiental, social, econômica e climática. Elaborado de forma participativa, o plano orientou a implementação de ações estruturantes relacionadas à revitalização hidroambiental, saneamento básico, monitoramento quali-quantitativo, conservação de nascentes, segurança hídrica, enquadramento dos corpos d'água, fortalecimento institucional, gestão dos usos múltiplos da água e convivência com o semiárido.

Ao longo de sua vigência, o PRH-SF subsidiou a atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), servindo como principal instrumento orientador para a definição de prioridades, programas, investimentos e ações estratégicas voltadas à gestão dos recursos hídricos, à revitalização hidroambiental e à promoção da segurança hídrica em toda a bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Com a proximidade do término da vigência do PRH-SF 2016–2025, o CBHSF deu início ao processo de elaboração do novo Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, denominado Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PIRH-SF). A elaboração do novo plano torna-se fundamental para assegurar a continuidade do planejamento e da gestão integrada dos recursos hídricos da bacia, além de possibilitar a atualização dos dados, diagnósticos, cenários, estudos e análises técnicas necessários à construção do próximo horizonte de planejamento.

A elaboração do PIRH-SF representará um marco histórico para a governança das águas na bacia, uma vez que será a primeira vez que o planejamento dos recursos hídricos do Rio São Francisco será construído a partir de uma perspectiva efetivamente integrada, sistêmica e articulada entre o rio principal e suas bacias afluentes, reconhecendo sua interdependência hidrológica, institucional e territorial.

A principal motivação para a elaboração do PIRH-SF é consolidar um instrumento estruturante de governança capaz de superar a fragmentação do planejamento existente, promovendo maior alinhamento e harmonização entre diretrizes, metas, programas, ações e investimentos do CBHSF e dos diferentes comitês de bacias hidrográficas afluentes que atuam nas Unidades Estaduais de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UEPGRHs) e demais instituições que atuam no território da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O novo plano buscará harmonizar, de forma pactuada, o panorama atual e prospectivo das demandas e disponibilidades hídricas, a qualidade das águas, os usos múltiplos e os desafios relacionados à governança interfederativa, à segurança hídrica e à adaptação às mudanças climáticas.



Nesse contexto, o PIRH-SF deverá promover o fortalecimento da gestão integrada, compartilhada e coordenada entre União, estados, Distrito Federal, municípios, órgãos gestores federal e estaduais de recursos hídricos, comitês de bacias hidrográficas afluentes, entidades delegatárias, setores usuários, sociedade civil e demais instituições integrantes dos sistemas nacional, estaduais e distrital de gerenciamento de recursos hídricos.

O novo plano deverá estruturar o planejamento da bacia em ciclos de curto, médio e longo prazos, com definição clara de prioridades, metas, responsabilidades e mecanismos de coordenação interfederativa, fortalecendo a tomada de decisão integrada e a efetividade dos instrumentos de gestão de recursos hídricos.

Entre seus principais objetivos estratégicos, destacam-se:

- o fortalecimento das instâncias de governança do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHs);
- a integração entre os Planos de Ações de Recursos Hídricos das bacias afluentes e o planejamento da bacia interfederativa como um todo;
- a construção de uma base de dados comum, atualizada e compartilhada;
- a elaboração de um balanço hídrico único de referência para toda a bacia;
- o fortalecimento do monitoramento, acompanhamento e avaliação das ações previstas;
- a gestão integrada de áreas críticas e prioritárias;
- a otimização dos investimentos e recursos financeiros;
- o fortalecimento da mobilização social e da comunicação integrada;
- e a ampliação da capacidade de resposta coordenada a eventos críticos, como secas, cheias e contaminações.

Além disso, o PIRH-SF deverá incorporar transversalmente a Agenda Azul como eixo estruturante para a implementação das ações e fortalecimento dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, reconhecendo a água como elemento estratégico para o desenvolvimento sustentável, a adaptação às mudanças climáticas, a redução das desigualdades regionais e a promoção da segurança hídrica.

O PIRH-SF constitui, portanto, um pacto técnico, institucional e social entre os diversos atores que integram a governança das águas na Bacia do Rio São Francisco, harmonizando interesses econômicos, sociais e ambientais e fortalecendo a construção coletiva de soluções para os desafios atuais e futuros do território.

O fortalecimento do planejamento integrado e participativo da Bacia constitui condição indispensável para ampliar a efetividade das políticas públicas relacionadas à água, promover a revitalização e assegurar segurança hídrica, resiliência climática e desenvolvimento sustentável para presentes e futuras gerações.



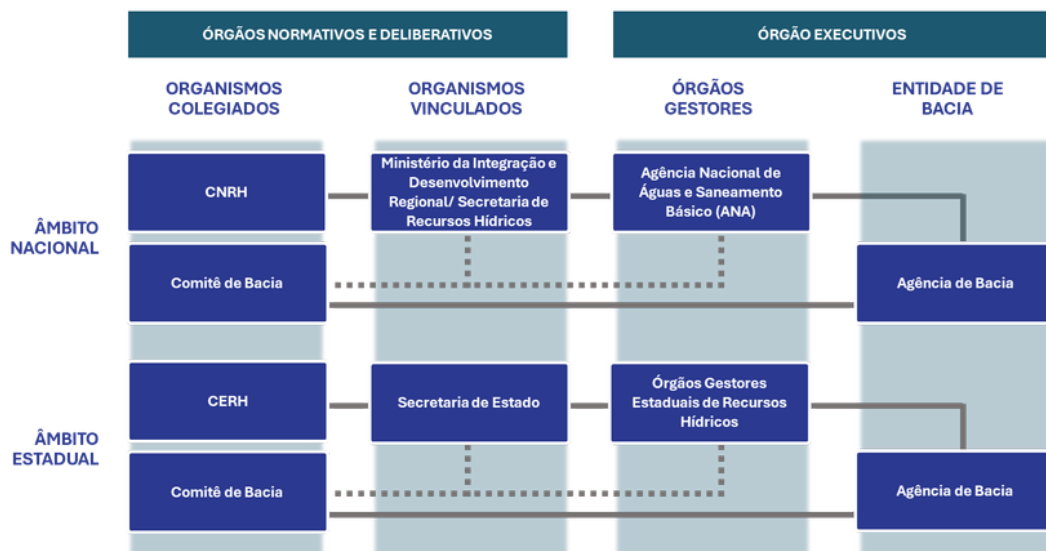
Compromissos Estratégicos para a Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

1 Fortalecer a governança das águas e os sistemas de gerenciamento de recursos hídricos

A gestão das águas no Brasil é reconhecida internacionalmente pelo modelo descentralizado, participativo e integrado, estruturado a partir da Política Nacional de Recursos Hídricos e das Políticas Estaduais de Recursos Hídricos. Entretanto, os desafios atuais relacionados à segurança hídrica, às mudanças climáticas, aos conflitos pelo uso da água e à degradação ambiental exigem o fortalecimento contínuo do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHs).

Espera-se dos futuros governos e representantes parlamentares o compromisso com o fortalecimento institucional dos órgãos gestores de recursos hídricos, dos conselhos, dos comitês de bacias hidrográficas e das entidades delegatárias, assegurando capacidade técnica, recursos financeiros, modernização administrativa e continuidade das políticas públicas voltadas à gestão das águas.

Também é fundamental ampliar a integração entre União, estados, Distrito Federal e municípios, fortalecendo a articulação entre políticas públicas relacionadas ao saneamento, meio ambiente, agricultura, energia, desenvolvimento regional e adaptação às mudanças climáticas. O fortalecimento da governança das águas é condição essencial para ampliar a efetividade do planejamento, prevenir conflitos e promover a revitalização sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.



2 Promover a revitalização hidroambiental da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

A revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco exige investimentos permanentes voltados à recuperação ambiental do território, à conservação dos recursos naturais e à melhoria da qualidade e disponibilidade hídrica. A degradação de nascentes, matas ciliares e áreas de recarga, associada aos processos erosivos, ao assoreamento e ao uso inadequado do solo, compromete diretamente a resiliência hídrica da bacia.

Ao longo dos últimos anos, o CBHSF vem articulando e financiando importantes ações de recuperação hidroambiental, incluindo proteção de nascentes, recomposição vegetal, barraginhas, conservação de solos, saneamento rural e adequação ambiental de estradas vicinais, demonstrando a importância de investimentos contínuos e territorialmente integrados.

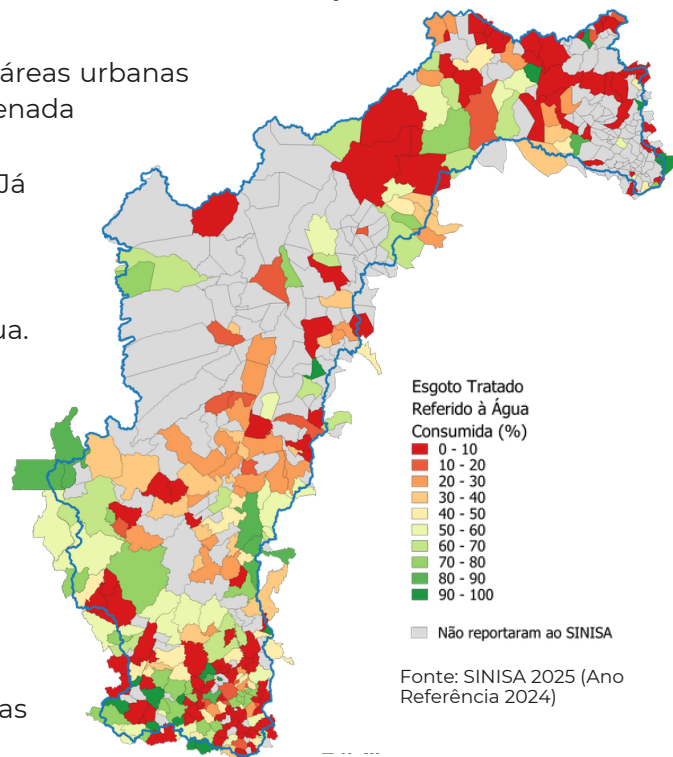
Espera-se dos futuros governos e representantes parlamentares o compromisso com a ampliação dos investimentos destinados à revitalização hidroambiental da bacia, priorizando áreas críticas e estratégicas para produção de água, conservação ambiental e segurança hídrica. Também é fundamental fortalecer políticas de recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs), conservação do solo, pagamento por serviços ambientais e soluções baseadas na natureza.

3 Universalizar o saneamento básico urbano e rural e reduzir a poluição hídrica

O saneamento básico permanece entre os maiores desafios para a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A ausência ou insuficiência de coleta e tratamento de esgoto, associada à disposição inadequada de resíduos sólidos e às deficiências da drenagem urbana, compromete a qualidade das águas, impacta a saúde pública e reduz a segurança hídrica da população.

Os desafios do saneamento estão presentes tanto em áreas urbanas quanto rurais. Nos centros urbanos, a expansão desordenada das cidades e a insuficiência da infraestrutura sanitária contribuem significativamente para a poluição hídrica. Já nas áreas rurais, a ausência de soluções adequadas de abastecimento de água e esgotamento sanitário afeta diretamente nascentes, córregos, aquíferos e reservatórios estratégicos para os usos múltiplos da água.

Espera-se dos futuros governos e representantes parlamentares o compromisso com a priorização de investimentos estruturantes em abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana sustentável, incluindo programas específicos voltados ao saneamento rural e às pequenas comunidades da bacia. O avanço do saneamento básico urbano e rural representa medida essencial para a melhoria da qualidade das águas, prevenção de doenças, redução das desigualdades sociais e fortalecimento da segurança hídrica na Bacia do Rio São Francisco.



4 Garantir segurança hídrica, convivência com o semiárido e resiliência climática

A Bacia do Rio São Francisco possui papel estratégico para a segurança hídrica nacional, especialmente nas regiões semiáridas do país, onde milhões de pessoas dependem diretamente de suas águas para abastecimento humano, produção de alimentos, geração de energia e desenvolvimento regional.

As mudanças climáticas vêm intensificando secas prolongadas, eventos extremos e conflitos pelo uso da água, ampliando vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais em diferentes regiões da bacia. Torna-se fundamental fortalecer políticas públicas voltadas à convivência com o semiárido, à adaptação climática e à ampliação da resiliência hídrica do território.

Espera-se dos futuros governos e representantes parlamentares o compromisso com investimentos estruturantes em segurança hídrica, monitoramento hidrometeorológico, gestão de eventos críticos, recuperação ambiental, infraestrutura hídrica e soluções baseadas na natureza. Também é essencial fortalecer programas voltados à convivência sustentável com o semiárido, assegurando acesso à água, desenvolvimento regional e redução das vulnerabilidades socioambientais.



~78% da bacia está inserida no semiárido

Área Semiárido
Fonte: IBGE 2022

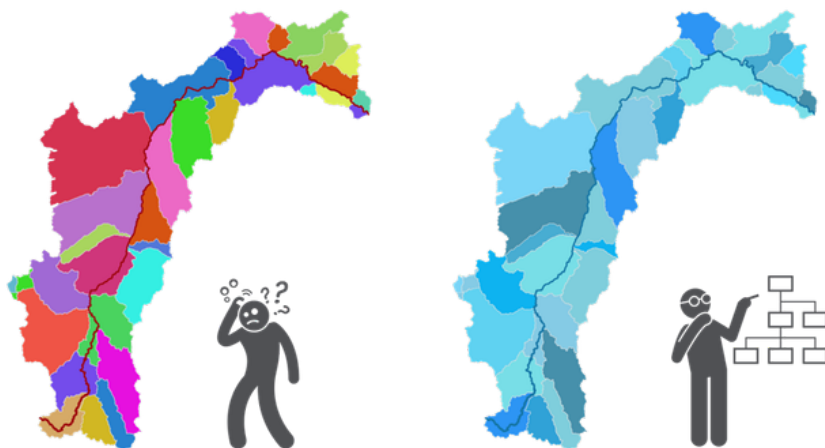
5 Fortalecer e apoiar o planejamento integrado da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

O planejamento integrado constitui elemento central para a construção de soluções estruturais e estruturantes duradouras para os desafios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PIRH-SF) representa oportunidade histórica para consolidar um modelo de gestão sistêmica, articulada e cooperativa entre o rio principal e suas bacias afluentes.

Pela primeira vez, o planejamento será estruturado a partir de uma perspectiva efetivamente integrada entre o rio principal e suas bacias afluentes, reconhecendo a interdependência hidrológica, institucional e territorial do sistema hídrico da bacia. O PIRH-SF deverá promover maior alinhamento e harmonização entre os instrumentos de planejamento e gestão existentes, fortalecendo a articulação entre União, estados, Distrito Federal, municípios, órgãos gestores, comitês de bacias

hidrográficas e setores usuários. O plano também permitirá atualização dos diagnósticos, cenários, balanços hídricos e prioridades estratégicas da bacia para o próximo horizonte de planejamento.

Espera-se dos futuros governos e representantes parlamentares apoio político e institucional na elaboração e implementação do PIRH-SF, fortalecendo a política das águas e a integração federativa. O novo plano será fundamental para orientar investimentos estratégicos, ampliar a segurança hídrica e fortalecer a governança territorial da bacia.

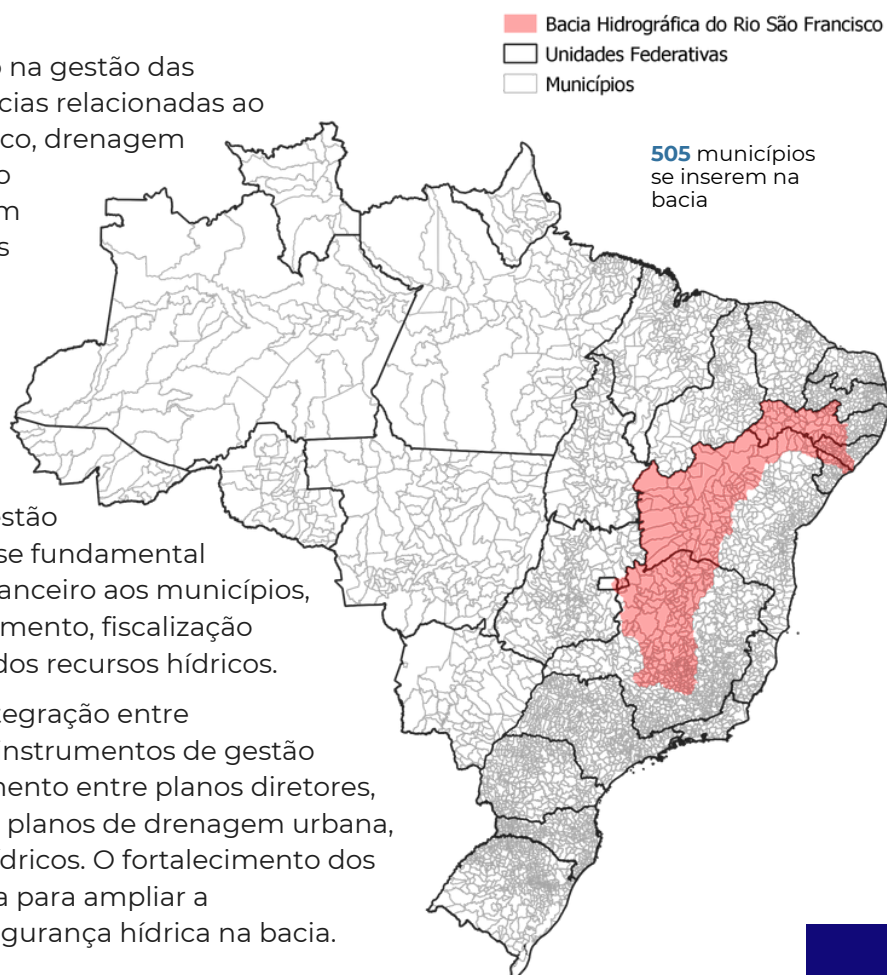


6 Fortalecer os municípios como atores centrais da gestão das águas

Os municípios possuem papel estratégico na gestão das águas, especialmente por suas competências relacionadas ao ordenamento territorial, saneamento básico, drenagem urbana, uso e ocupação do solo e proteção ambiental. Muitas das pressões que afetam os recursos hídricos têm origem direta nas dinâmicas territoriais municipais.

Entretanto, grande parte dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco enfrenta limitações técnicas, institucionais e financeiras para implementar políticas públicas capazes de enfrentar os desafios relacionados à gestão ambiental e hídrica. Nesse sentido, torna-se fundamental ampliar o apoio técnico, institucional e financeiro aos municípios, fortalecendo suas capacidades de planejamento, fiscalização e execução de ações voltadas à proteção dos recursos hídricos.

Também é necessário promover maior integração entre os instrumentos de gestão territorial e os instrumentos de gestão de recursos hídricos, estimulando alinhamento entre planos diretores, planos municipais de saneamento básico, planos de drenagem urbana, planos ambientais e planos de recursos hídricos. O fortalecimento dos municípios representa medida estratégica para ampliar a efetividade das ações de revitalização e segurança hídrica na bacia.



7 Ampliar o monitoramento, a produção de dados e a gestão do conhecimento

A gestão eficiente dos recursos hídricos depende da existência de dados confiáveis, atualizados e integrados capazes de subsidiar a tomada de decisão, o planejamento e a prevenção de riscos. Na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, o fortalecimento do monitoramento hidrológico, hidrometeorológico, hidrogeológico e da qualidade das águas é estratégico para ampliar a segurança hídrica e a capacidade adaptativa da bacia.

Espera-se dos futuros governos e representantes parlamentares o compromisso com a ampliação e modernização das redes de monitoramento, fortalecimento dos sistemas de informações sobre recursos hídricos e integração entre bases de dados federais e estaduais. Também é fundamental incentivar pesquisas, inovação, inteligência territorial e cooperação entre universidades, órgãos gestores, instituições técnicas e comitês de bacias hidrográficas.

O fortalecimento da gestão do conhecimento contribuirá para ampliar a transparência, qualificar o planejamento e orientar políticas públicas mais eficientes para a revitalização e gestão sustentável da Bacia do Rio São Francisco.

8 Promover ações que assegurem o uso sustentável da água e a segurança dos usos múltiplos

A Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco possui usos múltiplos estratégicos para o país, incluindo abastecimento humano, irrigação, geração de energia, indústria, mineração, pesca, turismo, navegação e dessedentação animal.

A crescente pressão sobre os recursos hídricos exige fortalecimento dos instrumentos de gestão capazes de garantir equilíbrio entre disponibilidade hídrica, qualidade da água, desenvolvimento social e econômico, e demandas dos diferentes setores usuários.

Espera-se dos futuros governos e representantes parlamentares o compromisso com políticas voltadas ao uso racional e eficiente da água, fortalecimento dos instrumentos de outorga e enquadramento dos corpos d'água, ampliação da fiscalização e incentivo à adoção de tecnologias de reúso, eficiência hídrica e redução de perdas.

Também é fundamental fortalecer mecanismos de prevenção e mediação de conflitos pelo uso da água, garantindo segurança hídrica para os diferentes setores usuários e assegurando prioridade ao abastecimento humano e à dessedentação animal em situações de escassez.



9 Fortalecer a participação social, a educação ambiental e a comunicação

A participação social constitui um dos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e elemento essencial para a construção de soluções pactuadas e sustentáveis para os desafios relacionados à água. O fortalecimento dos espaços colegiados de governança, como os comitês de bacias hidrográficas, contribui para ampliar a legitimidade das decisões e fortalecer o diálogo entre poder público, usuários de recursos hídricos e sociedade civil.

Também é fundamental ampliar a participação de comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, juventudes, mulheres e populações vulneráveis nos processos decisórios relacionados à gestão das águas, assegurando maior diversidade, representatividade e inclusão social. O fortalecimento da participação social e da educação ambiental representa medida estratégica para consolidar uma cultura de corresponsabilidade e cuidado com os recursos hídricos.

Espera-se dos futuros governos e representantes parlamentares o compromisso com o fortalecimento da mobilização social, da educação ambiental e da comunicação pública relacionada à gestão das águas, promovendo maior conscientização sobre a importância da revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

10 Consolidar a revitalização do Rio São Francisco como política de Estado

A revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco demanda continuidade administrativa, estabilidade institucional e investimentos permanentes de longo prazo. Os desafios enfrentados pela bacia ultrapassam ciclos de governo e exigem compromisso contínuo dos diferentes entes federativos, poderes públicos e instituições que atuam no território.

É necessário fortalecer a integração entre políticas públicas setoriais relacionadas à água, meio ambiente, agricultura, desenvolvimento regional, energia, infraestrutura e planejamento territorial, promovendo maior coerência e efetividade das ações implementadas na bacia. O reconhecimento da água como elemento estratégico para o desenvolvimento sustentável do país deve orientar a formulação de políticas públicas e programas de governo comprometidos com o futuro do Rio São Francisco.

A construção de uma agenda permanente para a revitalização da bacia representa compromisso com a segurança hídrica, a redução das desigualdades regionais, a proteção ambiental e a melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros que dependem diretamente das águas do Rio São Francisco.

Espera-se dos futuros governos e representantes parlamentares o compromisso com a consolidação da revitalização do Rio São Francisco como política de Estado prioritária para o país, assegurando previsibilidade orçamentária, integração entre políticas públicas setoriais e fortalecimento da governança interfederativa.

Água é desenvolvimento, segurança, dignidade e futuro.
Revitalizar o Rio São Francisco é um compromisso com o Brasil.

MENSAGEM INSTITUCIONAL AOS CANDIDATOS – ELEIÇÕES 2026



Convite à Incorporação da Agenda Estratégica e chamado à Construção de Compromissos para a Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco apresenta esta Agenda Estratégica como uma contribuição institucional aos debates e às propostas que orientarão o futuro do Brasil e dos estados inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no contexto das Eleições 2026.

Os temas e compromissos aqui apresentados refletem desafios estruturantes para a gestão das águas, a segurança hídrica, a revitalização ambiental, o desenvolvimento regional sustentável e a adaptação às mudanças climáticas, dialogando diretamente com as competências e atribuições dos diferentes cargos eletivos do Poder Executivo e Legislativo.

Nesse sentido, o CBHSF convida cordialmente os(as) candidatos(as) aos cargos de Presidente da República e Governadores a incorporarem, no âmbito de suas competências institucionais, os princípios, diretrizes e compromissos apresentados neste documento em seus Programas de Governo, Planos de Ação, agendas e propostas de atuação pública.

A incorporação e consideração dessas diretrizes representa importante contribuição para o fortalecimento das políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos, à revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e à construção de soluções integradas para os desafios ambientais, sociais e econômicos presentes no território.

O CBHSF reforça a importância de que a pauta da revitalização do Rio São Francisco, da segurança hídrica, da convivência com o semiárido, da universalização do saneamento básico, da adaptação às mudanças climáticas e do fortalecimento da governança das águas esteja presente de forma estruturante nas agendas públicas e institucionais dos futuros representantes eleitos.

Ao apresentar esta Agenda Estratégica, o Comitê reafirma seu compromisso com a gestão democrática e participativa das águas e coloca-se à disposição para contribuir tecnicamente com o fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção, recuperação e uso sustentável dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Cláudio Ademar da Silva
Presidente do CBHSF

Altino Rodrigues Neto
Vice-presidente do CBHSF

Rosa Cecília Lima Santos
Secretária do CBHSF

Adson Ribeiro
Coordenador
Alto São Francisco

Cláudio Pereira da Silva
Coordenador
Médio São Francisco

Elias da Silva
Coordenador
Submédio São Francisco

José Maciel de Oliveira
Coordenador
Baixo São Francisco